

## **SUMÁRIO**

### **INTRODUÇÃO**

#### **COLOCAÇÃO DO TEMA**

I – O tema .....	13
II – Limites de indagação .....	16
III – Plano da monografia .....	17
IV – Referências bibliográficas .....	18

#### **TÍTULO I – CONSTITUIÇÃO E NORMAS CONSTITUCIONAIS**

##### **CAPÍTULO I – SENTIDO E ESTRUTURA DAS CONSTITUIÇÕES**

I – Introdução .....	21
II – Constituição em sentido sociológico .....	22
III – Constituição em sentido político .....	26
IV – Constituição em sentido jurídico .....	29
V – Conceito estrutural de constituição .....	31
VI – Constituição em sentido formal .....	36
VII – Constituição rígida e normas constitucionais .....	39

##### **CAPÍTULO II – NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS**

I – Normas constitucionais .....	44
II – Direito constitucional e constituição .....	45
III – Estrutura lógica e natureza das normas constitucionais .....	47
IV – Condições de aplicabilidade das normas constitucionais .....	50
V – Vigência .....	51
VI – “Vacatio constitutionis” .....	53
VII – Legitimidade .....	54
VIII – Eficácia .....	59

#### **TÍTULO II – EFICÁCIA JURÍDICA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS**

##### **CAPÍTULO I – NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA**

I – O problema da eficácia das normas constitucionais .....	63
---	----

II – Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias	66
III – Normas constitucionais “self-executing” e “not self-executing”	73
IV – Concepção moderna sobre a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais: o problema terminológico	76
V – A tríplice característica das normas constitucionais quanto à eficácia e aplicabilidade	81
<b>CAPÍTULO II – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA PLENA</b>	
I – Normas de eficácia plena na Constituição	87
II – Características básicas	90
III – Natureza e conceito	99
IV – Condições gerais de aplicabilidade	100
<b>CAPÍTULO III – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA CONTIDA</b>	
I – Razão desta classificação	101
II – Características e enumeração	102
III – Razão da possibilidade de delimitação de eficácia dessas normas	112
IV – Natureza e conceito	113
V – Condições gerais de aplicabilidade	114
<b>CAPÍTULO IV – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE EFICÁCIA LIMITADA</b>	
<b>Seção I – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE PRINCÍPIO</b>	
I – Problema terminológico	115
II – Classificação das normas constitucionais de princípio	116
III – Normas constitucionais de princípio, normas constitucionais de princípios gerais e princípios gerais do direito constitucional	116
<b>Seção II – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE PRINCÍPIO INSTITUTIVO</b>	
IV – Outra vez o problema terminológico	119
V – Caracterização e exemplificação	121
VI – Função, natureza e conceito	122
VII – Eficácia	124
VIII – Condições gerais de aplicabilidade	132
<b>Seção III – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE PRINCÍPIO PROGRAMÁTICO</b>	
IX – Conceito	132
X – Localização das normas programáticas	136
XI – Normas programáticas e direitos sociais	137
XII – Normas programáticas e fins da ordem econômica e social	138
XIII – Disposições programáticas e princípios constitucionais	139
XIV – Normas programáticas no sistema constitucional brasileiro	142
XV – Natureza dos direitos sociais	148
XVI – Juridicidade	149
XVII – Função e relevância	152
XVIII – Normas programáticas e regime político	153
XIX – Normas programáticas e interpretação do Direito	153
XX – Normas programáticas e constitucionalidade das leis	155
XXI – Normas programáticas e leis anteriores incompatíveis	157

XXII – Condições gerais de aplicabilidade.....	160
<b>Seção IV – INSTRUMENTOS DA EFICÁCIA CONSTITUCIONAL</b>	
XXIII – Questão de ordem.....	160
XXIV – O art. 5º, § 1º, da Constituição.....	161
XXV – Mandado de injunção .....	161
XXVI – Inconstitucionalidade por omissão .....	162
XXVII – Iniciativa popular .....	162
<b>CAPÍTULO V – EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E TUTELA DE SITUAÇÕES SUBJETIVAS</b>	
I – Programa .....	164
II – Proteção jurídica dos interesses e direitos subjetivos.....	165
III – Classificação e conceito de situações subjetivas.....	166
IV – Normas constitucionais de eficácia plena e tutela das situações jurídicas subjetivas.....	168
V – Normas constitucionais de eficácia contida e proteção das situações subjetivas.....	169
VI – Normas constitucionais de princípio institutivo e tutela das situações subjetivas.....	170
VII – Normas programáticas e tutela das situações subjetivas.....	171
<b>CAPÍTULO VI – ESTRUTURA NORMATIVA DAS CONSTITUIÇÕES E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS</b>	
I – Estrutura e elementos das constituições .....	176
II – Eficácia das normas constitucionais orgânicas .....	181
III – Eficácia das normas constitucionais limitativas.....	184
IV – Eficácia das normas constitucionais socioideológicas.....	189
V – Eficácia das normas de estabilização constitucional.....	191
VI – Eficácia das normas de aplicabilidade da constituição .....	198
<b>CAPÍTULO VII – EFICÁCIA JURÍDICA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E ORDEM JURÍDICA</b>	
I – Colocação do tema.....	206
II – Constituição e ordem jurídica.....	206
III – Unidade da ordem jurídica e Estado Federal .....	210
IV – Validade formal e material das normas jurídicas .....	212
V – Eficácia ab-rogativa das normas constitucionais .....	213
VI – Eficácia construtiva das normas constitucionais.....	215
VII – Constituição vigente e normas constitucionais anteriores .....	217
<b>TÍTULO III – APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E LEIS COMPLEMENTARES DA CONSTITUIÇÃO</b>	
<b>CAPÍTULO I – INTEGRAÇÃO DA EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS</b>	
I – Aplicação da constituição .....	223

II – Sistema de integração das normas constitucionais.....	224
III – Leis integrativas das normas constitucionais .....	226
IV – Leis complementares da constituição, conceito e espécies.....	226
V – Leis complementares no direito constitucional brasileiro.....	228
<b>CAPÍTULO II – LEIS COMPLEMENTARES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b>	
I – O termo “lei” na Constituição Federal .....	232
II – Referência às leis complementares na Constituição .....	234
III – Normas constitucionais dependentes de leis complementares .....	238
IV – Natureza jurídica .....	240
V – Conceito .....	242
VI – Leis complementares e a Constituição .....	244
VII – Leis complementares e leis constitucionais.....	245
VIII – Leis complementares e leis ordinárias.....	245
IX – Leis complementares e leis delegadas.....	249
X – Leis complementares e medidas provisórias.....	250
XI – Processo legislativo das leis complementares .....	250
XII – Formação das leis complementares e promulgação das leis por decurso de prazo .....	255
<b>CONCLUSÕES</b> .....	259
<b>Apêndice – RESPOSTAS AOS CRÍTICOS</b>	
I – O sentido da tese aplicabilidade das normas constitucionais.....	265
II – Crítica de Virgílio Afonso da Silva.....	269
III – Crítica de Wilson Steinmetz .....	285
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	305
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	313